

À Sombra do Poder

José Calvet de Magalhães

Os embaixadores têm por vezes que defender uma política com a qual não concordam. Foi o que aconteceu com muitos diplomatas portugueses a seguir à Segunda Guerra Mundial em relação a dois movimentos: a descolonização e a integração europeia.

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial surgiram na cena internacional dois fortes movimentos políticos com implicações no regime então vigente em Portugal: o movimento para a descolonização e o movimento para a integração política europeia. A ambos os movimentos o Estado Novo, fiel ao seu nacionalismo doutrinário, reagiu de forma negativa, embora se possam apontar importantes diferenças na forma dessas reacções.

Compete naturalmente ao poder político, ou seja, aos governos, a definição da política externa e aos agentes diplomáticos a sua fiel execução. Estes, porém, podem ter concepções políticas que não coincidem com as políticas a que estão funcionalmente obrigados a executar. É uma situação frequente, comum a outros agentes do Estado, que geralmente não afecta a forma correcta e eficaz como esses agentes desempenham as suas respectivas funções. No período a que nos reportamos muitos diplomatas portugueses encontraram-se em situações semelhantes em relação à política oficial portuguesa quanto aos dois movimentos políticos referidos: a descolonização e a integração política europeia.

Dado que a atitude oficial portuguesa em relação aos dois movimentos internacionais foi diferente, também foi distinta a situação dos agentes diplomáticos portugueses consoante se tratava de um ou de outro movimento. No que se refere à descolonização, preconizada especialmente na ONU, ela implicaria forçosamente consultas directas e livres às populações do Ultramar, o que era inaceitável para o regime do Estado Novo, não só por razões de princípio, mas ainda por não lhe ser possível aplicar no Ultramar métodos políticos cuja aplicação era negada aos cidadãos da Metrópole.

Além destas razões ideológicas e de estratégia política, o Estado Novo herdara e reforçara a política de exclusivismo colonial (ou seja, a exclusão dos investimentos estrangeiros no nosso Ultramar), política esta teimosamente prosseguida, através dos tempos, pelos governos anteriores, até à eclosão da revolução de Abril. Muitos diplomatas portugueses pensavam de maneira diferente. É curioso lembrar que Luiz Teixeira de Sampayo, secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1929 a 1945, e braço direito de Salazar quando este sobraçou aquela pasta, pouco antes de falecer em 1945, num artigo em que elogiava João de Andrade Corvo, o notável estadista que procurou terminar com esse exclusivismo, afirmava: "Em matéria colonial Andrade Corvo via o nosso império em perigo pelas ambições alheias e pelo nosso sistema exclusivista. Este método antiquado, de estagnação, tinha de ser modificado e abandonado". Andrade Corvo foi combatido e destruído politicamente pelos monopolistas coloniais e Sampayo faleceu em Maio de 1945.

Outros diplomatas portugueses, porém, foram confrontados com a obrigação funcional de executar uma política de defesa do exclusivismo colonial e da oposição frontal ao movimento de descolonização, com a qual, no seu íntimo, não concordavam. A situação destes diplomatas tornou-se, por vezes, difícil em virtude da forma intransigente como a confrontação do movimento de descolonização era feita pelo governo português, intransigência que não era apenas expressa externamente, mas que era mantida também internamente, não dando aos agentes diplomáticos, mesmo aos mais distintos e experientes, qualquer possibilidade de expor as suas dúvidas e apresentar os seus conselhos.

Franco Nogueira, que como ministro foi um rigoroso defensor da política ultramarina, numa obra que publicou em 1979, escrevendo como cidadão livre e sem quaisquer responsabilidades oficiais, afirmava, a propósito daquela política: "Dir-se-á que a política portuguesa era rígida, inflexível. E era, e havia a plena consciência do facto". Esta intransigência não respeitava apenas aos objectivos políticos do governo. Manifestava-se também quanto às táticas adoptadas, algumas claramente inadequadas e até contraproducentes. Diplomatas que tentaram sugerir ou impedir a aplicação de algumas táticas inconvenientes, foram objecto de discriminações de formas variadas. O mesmo aconteceu com alguns funcionários que eram suspeitos de não concordarem com a estratégia de confrontação adoptada pelo governo em relação ao movimento de descolonização, ficando afastados de certas funções consideradas de maior responsabilidade política, sendo postos à margem de muitos assuntos importantes ou, simplesmente, postos "na prateleira". Tudo se passava, todavia, num ambiente de secretismo, de intriga de sacristia, que nem por isso era menos agravante.

No que se refere ao movimento de integração europeia as coisas passaram-se de forma um tanto diversa. Salazar, embora rejeitando liminarmente o princípio de uma integração política europeia e a participação portuguesa em qualquer organismo baseado neste princípio, aceitou, no entanto, a cooperação do nosso país nos diversos organismos económicos europeus desde que isso não implicasse qualquer comprometimento político.

Esta atitude pragmática permitiu a alguns funcionários diplomáticos, desejosos de promover o desenvolvimento económico do país, mas igualmente cónscios da importância futura de uma forte ligação de Portugal à Europa, o principal esteio da sua cultura e da sua economia, agir com certa liberdade e eficácia no domínio económico, o que viria a demonstrar-se, mais tarde, uma fonte de importantes consequências políticas. Sem uma tal acção, discreta e persistente, Portugal não teria podido certamente aderir às Comunidades Europeias quando o fez e nas condições em que o fez.

A aproximação portuguesa às organizações europeias iniciou-se em 1948 e foi feita por motivos essencialmente pragmáticos de carácter económico. Participando no Plano Marshall, após alguma hesitação, e no trabalho desenvolvido pela OECE, subimos o primeiro patamar na aproximação europeia, acompanhando o processo de liberalização do comércio inter-europeu; fazendo parte da EFTA em 1960, subimos um segundo patamar, participando no processo de desmobilização tarifária iniciado pela CEE e seguido pela EFTA; celebrando em 1972 um acordo de comércio preferencial com a CEE subimos um terceiro patamar, preparando assim uma eventual maior aproximação às instituições europeias e ao seu projecto de integração política, o que veio a acontecer, afinal, com o pedido de adesão apresentado em 1977, quando, após a revolução de Abril, foram afastados os obstáculos políticos que impediam uma tal adesão, quer pela parte portuguesa, quer por parte das Comunidades.

Todo este longo processo foi, em larga medida, impulsionado pelos referidos agentes diplomáticos portugueses, na convicção de que a aproximação de Portugal dos organismos europeus de índole económica acabaria por produzir efeitos políticos, como de facto veio a acontecer. A nossa participação na EFTA em particular, obrigando-nos a aceitar as regras do GATT e suprimir o tratamento comercial preferencial às transacções entre territórios portugueses, acabou por demonstrar a fraca dependência económica da Metrópole portuguesa das suas colónias e desfazer o argumento tão utilizado pelos defensores da política ultramarina oficial, de que o país sem as colónias desapareceria do mapa da Europa.

Salazar, tal como Gorbatchev e Deng Xiao Ping, cometeu o erro estratégico de querer separar o político do económico, e com o seu pragmatismo em relação à cooperação económica europeia acabou por, sem se dar conta, minar o edifício político que tão zelosamente pretendia manter inalterável.